

Documento base para construção de Regimento do Setor de Familiares de Vítimas Fatais

Estruturando instâncias da
Governança Popular do Anexo I.1

Regimento Interno dos Setores do Anexo I.1

Documento base para
construção de
Regimento do Setor de
Familiars de Vítimas Fatais

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoas atingidas.

Este documento é uma base para construção pelas pessoas atingidas da proposta inicial de Regimento Interno dos Setores da Governança Popular do Anexo I.1, instâncias fundamentais da organização social das pessoas atingidas no processo de reparação do Anexo I.1, no qual resguarda as especificidades dos grupos, seguimentos e características próprias dos territórios atingidos que compõem estes setores. Esse documento pode ser utilizado nas próximas reuniões dos setores para construção coletiva do regimento interno.

Esse modelo se propõe a ser um guia para diálogo e construção junto a Entidade Gestora com relação aos regramentos de composição e funcionamento desse setor. Dessa forma, organizamos esse documento a partir das diretrizes da Proposta Definitiva, no qual vocês já indicaram várias regras com relação a participação popular na governança e em especial aos setores, assim como propostas e consensos elaborados na rodada de Reuniões Intercomunitárias de Setores realizada em junho de 2025 com vocês.

A proposta de Regimento se estrutura em 7 capítulos, organizados em artigos, incisos e parágrafos. Destacamos que todas as escritas **“negritadas”** são regras já dialogadas por vocês no âmbito do Setor, as outras, em texto comum, são propostas feitas por vocês em outros espaços participativos, bem como os consensos da Proposta Definitiva, no qual a Aedas organizou em linguagem de Regimento para este Setor.

Sumário

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I - NATUREZA, DENOMINAÇÃO E FINALIDADE..... | 3 |
| CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS..... | 4 |
| CAPÍTULO III - COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO | 5 |
| CAPÍTULO IV - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS (OS) MEMBRAS (OS) DO SETOR | 9 |
| CAPÍTULO V - FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO..... | 11 |
| CAPÍTULO VI - DA DELIBERAÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS | 15 |
| GLOSSÁRIO | 17 |

CAPÍTULO I – NATUREZA, DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º O Setor de Familiares de Vítimas Fatais é uma instância fundamental da organização social no âmbito da Governança Popular do Anexo I.1 “Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas Programa de Reparação Socioeconômica da bacia do Rio Paraopeba” previsto no Acordo Judicial para a Reparação Integral relativa ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA, da mina Córrego do Feijão em Brumadinho. Este Setor será formado pela comunidade de familiares das vítimas do desastre-crime causado pela Vale S.A. em Brumadinho, conforme definição acordada a partir da “Proposta Definitiva para gestão de parte dos recursos do Anexo I.1: projetos de demandas das comunidades atingidas”, construída através do processo participativo nas regiões atingidas e em toda Bacia do rio Paraopeba e Represa de Três Marias.

Art. 2º O Setor é um espaço de tomada de decisão coletiva sobre a Governança Popular do Anexo I.1 em nível inter-regional, resguardando as especificidades dos Familiares de Vítimas Fatais garantindo o protagonismo nas tomadas de decisão dessa coletividade sobre o processo de reparação integral com base na construção e implementação dos dois primeiros anos do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento da Bacia do rio Paraopeba e represa de Três Marias. Após esses dois primeiros anos, o Setor pode continuar atuando e aperfeiçoando sua organização.

Art. 3º O Setor possui autonomia para definir suas regras de organização interna, bem como as diretrizes para o funcionamento e execução, do seu fundo de reserva específico, caso posteriormente seja definido pelas instituições competentes, respeitando as diretrizes da “Proposta Definitiva para gestão de parte dos recursos do Anexo I.1: projetos de demandas das comunidades atingidas”.

Art. 4º Este Regimento Interno tem por finalidade a estruturação do funcionamento deste Setor de Familiares de Vítimas Fatais, respeitando sua organização própria, características das comunidades e grupos e coletivos organizados dos territórios atingidos.

Art. 5º Este Setor tem legitimidade e autonomia para articular ações junto à Entidade Gestora, às Assessorias Técnicas Independentes, aos Compromitentes (Ministério Público de Minas Gerais e Ministério Público Federal, Defensoria Pública de Minas Gerais e Governo do Estado de Minas Gerais), ao poder público e demais atores externos.

Art. 6º Este Setor é constituído pela comunidade de Familiares de Vítimas Fatais, e se organiza enquanto uma comunidade não territorializada, ou seja, formada a partir de integrantes atingidos em diversas partes do Brasil ou até em outros países.

Art. 7º A comunidade constituída pelos Familiares de Vítimas Fatais identifica-se enquanto possuidor de forte vínculo afetivo com as vítimas fatais do rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho, nos graus de parentesco utilizados no processo de reparação, reconhecidos pelas Instituições de Justiça: relações familiares de primeiro grau, sendo pai e mãe, filhas/os e cônjuge, e as relações de segundo grau que são os/as irmãos/ãs.

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS

Art. 8º Este Setor pauta-se pelos seguintes princípios, indicados pelas pessoas atingidas ao longo da construção da Governança Popular do Anexo I.1.:

§1º Protagonismo das pessoas atingidas em todas as etapas de formulação, acompanhamento e implementação dos projetos.

§2º Autonomia das pessoas atingidas em todas as etapas de tomadas de decisão na Governança Popular do Anexo I.1.

§3º Transparência e Controle Social, fortalecendo os mecanismos de fiscalização por parte das pessoas atingidas, respeitando e efetivando o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada e de Boa Fé dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

§4º Amplitude territorial, promovendo ações, projetos e políticas locais que contemplem o maior número de comunidades da Bacia do Paraopeba.

§5º Mobilização contínua, motivando e engajando as pessoas atingidas para ação coletiva.

§6º Autossustentabilidade, promovendo a superação das desigualdades, a geração de trabalho e renda e a retomada do bem-estar e dos modos de vida.

§7º União, promovendo a integração de todos os territórios atingidos da Bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias em relação ao Anexo I.1.

§8º Equidade, reconhecendo os direitos das categorias socialmente vulnerabilizadas, dos grupos culturalmente diferenciados e das coletividades vulnerabilizadas nesses territórios, buscando o protagonismo desses grupos na Governança Popular do Anexo I.1.

§ 9º Qualidade na aplicação dos recursos, contemplando o território atingido, considerando os acúmulos, saberes e informações das pessoas atingidas.

§10. Celeridade, garantindo agilidade compatível com a participação das pessoas atingidas e o atendimento às demandas da população.

CAPÍTULO III – COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 9º A composição do Setor tem por base as comissões de atingidas e atingidos, a Associação de Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão – Brumadinho (AVABRUM) e demais familiares atingidos.

Art. 10. As pessoas atingidas através das comissões das respectivas comunidades deste setor decidirão quem são os titulares e suplentes que integrarão este Setor durante os dois primeiros anos de execução do Anexo I.1.

Art. 11. Os movimentos sociais e populares, organizações de base comunitária e grupos auto-organizados que já atuam no território, poderão apoiar, conforme demanda, este Setor.

Art. 12. A composição e participação neste Setor deverá observar os princípios da equidade, inclusão, representatividade e não discriminação, garantindo a diversidade de representação de categorias socialmente vulnerabilizadas. Para tanto, algumas medidas centrais podem ser definidas de acordo com a realidade deste setor, como: paridade e incentivos à inclusão desses grupos que estão em situações que dificultam o acesso à participação e à reparação.

Art. 13. Para a escolha das membras (os) do Setor de Familiares de Vítimas Fatais serão observados os seguintes critérios:

I – Protagonismo e Trajetória: a) a atuação na reparação e na defesa dos direitos das pessoas atingidas; b) atuação reconhecida pela comunidade em organizações sociais e populares na defesa dos direitos das pessoas atingidas;

II – Objetivo claramente alinhado com a reparação coletiva de FVF;

III – Representatividade geográfica, considerando os vários territórios atingidos na composição;

IV – Pluralidade de perfil;

V – Equidade de raça e gênero, garantindo a representatividade da diversidade dos FVF;

VI – Disponibilidade e comprometimento.

Art. 14. O Setor é composto por 46 vagas, ocupados por 23 membras (os) titulares, com direito à voz e voto e mais 23 membras (os) suplentes com direito à voz, e na ausência do titular com direito à voto. As demais pessoas atingidas que compõem o Setor terão apenas direito à voz.

Art. 15. Para a primeira formação do Setor os representantes escolhidos terão mandato de 02 (dois) anos. Podendo ser prorrogado mediante justificativa e aprovação do Setor. O período dos mandatos seguintes será avaliado e determinado pelo Setor Considerando os 2 primeiros anos de execução do Anexo I.I previstos na Proposta Definitiva.

Art. 16. A primeira nomeação de titulares e suplentes, deve ser realizada em reunião ordinária, respeitando as regras de funcionamento deste Setor. Essa primeira reunião específica, deverá ocorrer dentro do processo de inauguração dos setores coordenado pela Entidade Gestora.

Art. 17. A entrada de novas membras (os) deve ser avaliada por este Setor, considerando a dinâmica de funcionamento e as demandas de um dado período. Para essa entrada, deve-se observar os seguintes critérios:

§ 1º É preferível que a entrada seja durante os ciclos de formação da Entidade Gestora;

§ 2º Que não ocorra no mesmo período de processos de decisões sobre projetos, entidades executoras de projetos, linhas de crédito e microcrédito e outros períodos que o Setor avaliar inapropriado para essa entrada, a exemplo, período eleitoral.

§ 3º A nova liderança deve participar, no mínimo, XX meses dos espaços participativos e/ou realizar XX atividades estabelecidas pelo setor para se qualificar sobre o processo de reparação do Anexo I.I.

§ 4º As novas entradas deverão obedecer aos critérios estabelecidos no Art. 13.

Art. 18. As próximas nomeações das membras (os) deste setor, após o término do mandato ou nos casos de desistência e ausência de suplentes, serão convocadas por seus representantes, ou pela Assessoria Técnica Independente, ou Entidade Gestora, seguindo suas regras de funcionamento. A pauta de nomeação das membras (os) deve ser avisada com no mínimo XX dias de antecedência, para organização de suas membras (os).

Art. 19. As ausências das membras (os) nas reuniões deverão ser comunicadas ao Setor com a devida justificativa, procedendo a convocação do suplente.

Art. 20. A desistência de membra (o) deste setor deverá ser comunicada formalmente ao Setor, procedendo a convocação de suplente e, na inexistência de suplente apto a desenvolver a função, deve ser definida coletivamente nova membra (o), respeitando os critérios estabelecidos para novas entradas e de escolha de representantes.

Art. 21. Este Setor tem autonomia para avaliar e orientar sobre situações de descumprimento das responsabilidades e conduta das membras (os) nas seguintes situações:

- I – Prática de atos de violência ou discriminatórios;
- II – Violação dos princípios e das responsabilidades previstos neste Regimento Interno;
- III – Ausência das membras (os) sem a devida justificativa por XX vezes consecutivas.

§1º Em casos de exclusão, a membra (o) terá direito de defesa em reunião após a comunicação da decisão do Setor;

§2º Caso o Setor mantenha a decisão de exclusão é cabível a apresentação de recurso no prazo de XX dias para deliberação final do Setor.

§3º Mantida a exclusão da membra (o) será convocado o suplente e, na inexistência de suplente apto a desenvolver a função, deve ser definida coletivamente nova membra (o), respeitando os critérios estabelecidos para novas entradas de representante.

CAPÍTULO IV – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS (OS) MEMBRAS (OS) DO SETOR

Art. 22. São direitos e responsabilidades das membras (os) deste Setor:

§1º Definir e aprovar as diretrizes e os projetos que atendam às especificidades dos Familiares de Vítimas Fatais (os objetivos, os resultados, as metas e suas formas de medição e os critérios de contratação).

§2º Sugerir, elaborar e aprovar linhas de crédito e microcrédito.

§3º Atuar na fiscalização, controle e qualidade dos projetos e das linhas de crédito e microcrédito.

§4º Construir e avaliar políticas e diretrizes, voltadas às categorias e coletividades vulnerabilizadas, de interesse desse Setor. Essas medidas podem ser aplicadas tanto no próprio Setor, quanto em outros Setores e nos Conselhos, visando a equidade e enfrentamento às desigualdades sociais.

§5º Acessar fundo específico, na possibilidade de criação de fundo de reserva para o setor Familiares de Vítimas Fatais.

§6º Fortalecer e mobilizar suas comunidades e regiões.

§7º Participar de etapas prévias e preparatórias para a construção participativa do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1.

§8º Participar de reuniões para priorização de danos específicos, definição e monitoramento de projetos, formações, entre outros temas, inclusive de avaliação do processo.

§9º Participar de espaços de formação sobre a Governança Popular do Anexo I.1; o Fluxo de Projetos; Educação Financeira para o acesso ao Crédito e Microcrédito; e Finanças Solidárias (Fundos Rotativos Solidários e Bancos Comunitários).

§10. Acessar e incentivar formações específicas para categorias sociais vulnerabilizadas (mulheres, pessoas com deficiência, população negra, crianças e adolescentes, jovens, pessoas idosas).

§11. Ter acesso e utilizar os mecanismos de transparência, como o portal na internet que será gerido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), para acompanhar e monitorar as informações sobre a execução dos projetos.

§12. Acessar os relatórios sobre todos os projetos que serão publicados pela Entidade Gestora em linguagem de fácil compreensão.

§13. Discutir critérios ou formas de investimento dos recursos, por meio da estrutura de Governança Popular do Anexo I.1 e dos canais de transparência e comunicação da Entidade Gestora.

§14. Acompanhar, monitorar e fiscalizar as aplicações dos recursos, com informações atualizadas pela Entidade Gestora, ao menos, a cada 03 (três) meses.

§15. Realizar e participar de reuniões periódicas, observando as regras de Funcionamento e Organização deste Regimento Interno.

§16. Definir e respeitar a forma de decisão das questões e encaminhamentos, observando as regras consensuadas de Funcionamento e Organização deste Regimento Interno.

§17. Participar da Assembleia Geral que ocorrerá ao final dos dois anos de execução dos recursos do Anexo I.1 e sempre que ocorrer convocação, por meio da indicação das membras (os).

§18. Toda(o) integrante deve agir com lisura garantindo a transparência na atuação e nas tomadas de decisão deste Setor, baseadas nos princípios deste regimento.

§19. Responsabilidade compartilhada pelo cumprimento das funções do Setor, garantindo o bom funcionamento deste Setor.

§20. Toda(o) integrante deve ter acesso e se apropriar deste Regimento Interno com o auxílio de ferramentas de comunicação popular e garantia de acessibilidade sobre seu conteúdo.

§21. Pessoas atingidas que compõem os Setores poderão ter representação nos Conselhos, em seus diversos níveis, Locais, Regional e Inter-regional, por meio de reserva de vagas.

CAPÍTULO V – FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Art. 23. As reuniões deste Setor serão realizadas, preferencialmente, em formato virtual, para os casos que necessitem de espaços híbridos e presenciais, esse formato deverá ser avaliado pelo Setor.

Art. 24. As reuniões ordinárias serão realizadas em concordância com o cronograma do Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento do Anexo I.1 e respeitando ao direito de consulta aos calendários tradicionais dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, com a frequência de XX reuniões por mês.

Art. 25. A decisão sobre a realização de reuniões extraordinárias será tomada pelo Setor, seja em reuniões ordinárias ou nos grupos do *WhatsApp*. Após definida, o Setor procederá a convocação.

Art. 26. As reuniões ordinárias deste Setor deverão ser convocadas com, no mínimo, XX dias corridos de antecedência. Para as reuniões extraordinárias, o tempo mínimo de antecedência para convocação é de XX dias corridos. Através dos meios definidos pelo próprio Setor.

Art. 27. O quórum das reuniões deste Setor é de maioria das suas membras (os) titulares, ou seja, deverá estar presente na reunião 50% do quantitativo total de membras (os) titulares.

Parágrafo único – No caso de falta de quórum, a reunião poderá ser aberta em segunda chamada, a ser realizada trinta minutos depois do horário marcado, porém assumirá caráter consultivo, ficando as deliberações apenas para reuniões com quórum.

Art. 28. A organização prévia da reunião, como a construção e o compartilhamento da pauta e a convocação, deverá ser feita de forma rotativa entre as membras (os). Esse revezamento será definido ao fim de cada reunião, garantindo que todas essas responsabilidades sejam cumpridas.

Art. 29. Ao final de cada reunião serão definidos os(as) mediadores(as) do próximo espaço, tais mediadores(as) deverão ser membras (os) e deve ser garantida a rotatividade dessa tarefa. Cabe a eles:

§1º Intervir quando a fala não estiver de acordo com a pauta ou quando houver desrespeito ou postura inadequada;

§2º Garantir que o tempo de fala de cada pessoa atingida inscrita seja respeitado, sem interrupções;

§3º Evitar a repetição de discussões que já foram contempladas;

§4º Dar prioridade às pautas que forem mais urgentes, de acordo com avaliação deste Setor;

§5º Apoiar no procedimento das tomadas de decisão deste Setor, priorizando o consenso, ou implementando a votação quando necessário.

Art. 30. A função de relatoria deve ser definida, sempre que possível, na reunião anterior, sendo esta tarefa compartilhada e organizada de forma rotativa. Tal pessoa será responsável também por enviar no grupo de *WhatsApp* o documento da relatoria para conhecimento de todos.

Art. 31. A participação de pessoas externas nas reuniões deverá ser informada para inserção na pauta, com antecedência de até 72h, para

que sua presença e direito à fala sejam decididas pelo Setor. Sendo aceita, é necessário que a pessoa se apresente ao grupo na reunião.

Art. 32. O Grupo de *WhatsApp* é um espaço de comunicação, articulação e encaminhamentos deste Setor, sobre o seu funcionamento deve-se:

§ 1º Enviar as sugestões de pautas no grupo de *WhatsApp*, sempre que possível, com até 72h de antecedência para que seja avaliada a sua inserção na reunião seguinte, salvo exceções;

§ 2º Priorizar o envio das pautas definidas e os eventuais materiais que serão utilizados durante a reunião no grupo de *WhatsApp*, sempre que possível, com até 48h de antecedência;

§ 3º Manter o foco nas pautas do Anexo I.1;

§ 4º Reforçar as regras deste Regimento no grupo de *WhatsApp*, sempre que necessário;

§ 5º Enviar, por meio de texto e áudio, informações importantes que envolvam o Anexo I.1;

§ 6º Evitar a repetição no compartilhamento de informações no grupo de *WhatsApp*;

§ 7º É expressamente proibido: publicações ofensivas, discriminatórias, preconceituosas, de intolerância religiosa, bem como de cunho pessoal, político eleitoral e enviar mensagens após às 22h no grupo do *WhatsApp*.

§ 8º A Entidade Gestora e a Assessoria Técnica Independente poderão ser incluídas no grupo de *WhatsApp*, a fim de contribuir na organização do Setor Inter-regional.

Art. 33. A sugestão de avaliação trimestral ocorrerá por meio de incorporação da pauta nas reuniões do fluxo de projetos e adição de reuniões com essa finalidade específica.

Art. 34. Realizar reuniões, a cada seis meses, em conjunto com a comunidade de FVF que não são membras (os) do Setor para

acompanhamento das atividades, em concordância com o princípio da transparência e controle social.

Art. 35. Promover espaços de intercâmbios e diálogos entre os Setores, e outras instancias da Governança Popular do Anexo I.1, possibilitando trocas de experiências e integração entre as membras (os) e as comunidades, em concordância com o princípio da união e a diversidade cultural entre as comunidades.

Art. 36. O Setor poderá, quando necessário, dialogar com movimentos sociais e populares, coletivos e organizações sociais para trocas de experiência, formações e construções coletivas no âmbito da Governança Popular do Anexo I.1.

Art. 37. O funcionamento deste Setor contará com o apoio da Entidade Gestora e Assessoria Técnica Independente para operacionalização das atividades:

§ 1º É papel da Entidade Gestora: a) garantir o funcionamento da estrutura da Governança; b) organizar agendas e cronograma de funcionamento da Governança; c) apoiar tecnicamente as pessoas atingidas no processo de elaboração, monitoramento, fiscalização e execução de projetos.

§ 2º É papel da Assessoria Técnica Independente, dentro do seu tempo de atuação no território: a) dar apoio ao funcionamento da Governança, inclusive no processo de instauração do Setor; b) auxiliar as pessoas atingidas tecnicamente nos estudos, no levantamento de demandas e na construção de consensos necessários às decisões sobre projetos, crédito e microcrédito; c) garantir a participação informada das pessoas atingidas; d) mobilização das comunidades e pessoas atingidas; e) suporte técnico na organização das pautas das reuniões, e na organização da reunião, bem como elaboração de documentos, relatorias e materiais informativos.

CAPÍTULO VI – DA DELIBERAÇÃO

Art. 38. Os espaços de decisão deste Setor serão as reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 39. Este Setor priorizará a construção de consensos entre suas membras (os), por meio de constante diálogo para os processos decisórios, buscando o interesse coletivo.

Art. 40. Caso o consenso não seja alcançado, a tomada de decisão ocorrerá por meio de votação. As deliberações são feitas a partir da maioria simples dos votos, ou seja, 50% mais 1 das membras (os) presentes na reunião.

§1º Antes de iniciar o processo de votação, o Setor deverá definir o método de votação (aberta ou secreta) e quais os critérios que deverão ser aplicados caso tenha empate.

CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 41. A Assembleia Geral é a instância máxima de decisão das pessoas atingidas e ocorrerá ao final dos dois anos de execução dos recursos do Anexo I.1, sendo fruto de um processo de discussão das instâncias da Governança Popular do Anexo I.1.

Art. 42. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos por este Setor, priorizando a construção de consensos e, caso seja necessário por maioria dos votos das pessoas presentes.

Art. 43. As modificações deste Regimento Interno deverão ser aprovadas por este Setor respeitando o quórum necessário para a tomada de decisões.

Art. 44. Este Regimento Interno, após aprovado, pode ser alterado mediante a proposição das membras (os). Essa proposição deve ser apresentada em reunião do Setor e fará parte da pauta da reunião ordinária seguinte.

Art. 45. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 46. Ficam vedadas para as membras (os) deste Setor a participação no Conselho de Transparência Financeira.

GLOSSÁRIO

O Glossário é como um pequeno dicionário que traz as definições de palavras e termos específicos. Ele ajuda a entender o que essas palavras e termos significam neste Regimento Interno, especialmente quando são palavras técnicas e que não usamos no nosso dia a dia. Esse glossário está organizado em uma sequência que facilita o entendimento conjunto entre termos que se complementam.

ARTIGOS (Art.) - são regras que compõem os capítulos deste regimento interno, definidas pelas pessoas atingidas. Os artigos são indicados pela abreviação “Art”.

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE - são entidades escolhidas pelas pessoas atingidas e que atuam desde 2020 assessorando as comunidades atingidas com vistas à reparação justa e integral. No Anexo I.1, as ATI apoiam as pessoas atingidas a propor e definir as diretrizes e os critérios para projetos comunitários e para linhas de crédito e microcrédito, bem como a estruturação da Governança Popular.

CALENDÁRIO TRADICIONAL - Organização sequenciada da agenda litúrgica, cerimônias e festejos de cada povo e comunidade tradicional.

CAPÍTULOS - dividem e organizam os diferentes temas a serem abordados no documento, apresentando todos os elementos essenciais ao Conselho Local.

CATEGORIAS SOCIALMENTE VULNERABILIZADAS - são grupos sociais que historicamente estão expostos a situações que impeçam, prejudiquem, afetem ou violem o exercício pleno dos direitos humanos em condição de igualdade e sem discriminação. Esses grupos têm direitos e estatutos próprios protegidos por lei e tiveram a sua condição de vulnerabilidade agravada após o rompimento. São eles: **mulheres; crianças e adolescentes; jovens, pessoas idosas; pessoas com deficiência; população negra e pessoas de baixa renda.**

COLETIVIDADES VULNERABILIZADAS – coletividades que sofrem os danos a partir de experiências particulares e que reúnem pessoas atingidas por um dano comum provocado a partir do rompimento: **Familiares de Vítimas Fatais, Moradores da Zona Quente e Agricultores Familiares.**

CONSELHO LOCAL – é a organização das comunidades atingidas na instância local formando a base da Governança Popular do Anexo I.I. Visa integrar as ações, construir estratégias coletivas e promover o diálogo com foco na reparação socioeconômica em nível local.

CONSULTA PRÉVIA, LIVRE, INFORMADA E DE BOA-FÉ – Direito garantido aos povos e comunidades tradicionais pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o Brasil é signatário. Informa e garante que as comunidades tradicionais devem ser consultadas sobre quaisquer projetos, obras, determinações jurídicas, pesquisas, e demais ações, que possam impactar seus territórios, positiva e negativamente. A Consulta deve ser: a) Prévia: sendo realizada antes do início do projeto; b) Livre: sendo isenta de interesses, manipulações, ocultamento de informações, lobbys, coerções e chantagens etc.; c) Informada: garantido a transparência das informações sobre o projeto, tanto as boas quanto as ruins e de maneira acessível e em comunicação adequada à realidade da comunidade e lideranças; d) De Boa-fé: sendo firmada na boa-fé entre as partes, garantindo a proteção institucional, jurídica, territorial, física, cultural e demais aspectos dos povos e comunidades tradicionais envolvidos, considerando a sistemática violação de seus direitos.

CONTROLE SOCIAL – é uma forma de todo o território atingido monitorar a Governança Popular e gestão dos recursos do Anexo I.I. Isso quer dizer que deve haver transparência nas informações e prestação de contas elaboradas, divulgadas e disponibilizadas de forma acessível para que as pessoas atingidas possam fazer o controle coletivo de cada etapa de planejamento e execução do Anexo I.I.

CRONOGRAMA – distribuição planejada das etapas de implementação do Anexo I.1 para os dois primeiros anos de execução de parte dos recursos previstos no Acordo Judicial.

DANOS COLETIVOS – são danos que atinge um determinado conjunto de pessoas, gerando um prejuízo que é compartilhado entre elas e que demandam, para sua reparação, políticas e ações de reparação coletiva.

DELIBERAÇÃO – é um processo de reflexão, discussão e tomada de decisão coletiva pelas pessoas atingidas sobre o Anexo I.1.

DIVERSIDADE – Pluralidade de cultura, de ecossistemas, pessoas e grupos a partir do reconhecimento das características que os diferenciam. Tornando tal grupo heterogêneo, guardando suas singularidades entre si.

ENTIDADE GESTORA – é formada pela parceria de três instituições: a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, a Associação Nacional dos Atingidos e Atingidas por Barragens (ANAB), e Instituto E-dinheiro Brasil, para gestão e execução dos dois primeiros anos do Anexo I.1 junto das pessoas atingidas.

EQUIDADE – O princípio da equidade visa garantir que todas as pessoas tenham acesso à justiça e à igualdade. Ele parte do princípio de que todas e todos tenham as mesmas chances, apesar de suas diferenças. Na Governança Popular, a equidade assegura o acesso aos espaços de participação e de tomadas de decisão e às ações reparatórias de forma justa através do Anexo I.1.

ESPAÇOS DE INTERCÂMBIO – são espaços de encontro entre as pessoas atingidas de diferentes comunidades e conselhos locais, com o objetivo de trocar experiências e saberes para auxiliar nas medidas de reparação do Anexo I.1.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS – são iniciativas que promovem a autogestão e a cooperação entre as pessoas para superar as desigualdades social e

econômica. Possibilitam que as organizações comunitárias tenham acesso a ferramentas financeiras alternativas, tais como bancos comunitários, moeda social, fundo rotativo solidário e microcrédito, visando o desenvolvimento para atender demandas de grupos populacionais que estão excluídas ou tem dificuldade de acesso ao crédito no mercado convencional.

GOVERNANÇA POPULAR - é a forma como as pessoas atingidas se organizam para fazer a gestão coletiva e participar dos processos de decisão sobre as mediadas de reparação e desenvolvimento das comunidades atingidas da bacia do rio Paraopeba e represa de Três Marias através dos recursos do Anexo I.I.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT) - instituição parceira da Entidade Gestora, de renomado conhecimento e experiência em gestão de tecnologias de comunicação e informação, responsável pela política de transparência, sistemas e análise de dados do Anexo I.I.

LISURA - Característico da pessoa que é honesta; comportamento particular da pessoa íntegra ou digna;

PARÁGRAFO ÚNICO - são partes que compõe um artigo e servem para explicar, para apresentar, complementar e apresentar as regras. Podendo ser mais de um parágrafo em formato sequencial ou parágrafo único.

PARÁGRAFOS (§) - são partes que compõe um artigo e servem para explicar, complementar e apresentar as regras deste regimento interno. São indicados pelo sinal gráfico "§".

PARIDADE - Paridade diz respeito à similitude ou à equivalência entre duas ou mais coisas, é um princípio aplicado sempre que buscamos o equilíbrio entre sujeitos identificados pelos marcadores sociais. É uma das medidas que garantem tornar justa as tomadas de decisões, a partir de uma participação numericamente equilibrada das mulheres e

da população negra em relação às demais pessoas atingidas que irão compor as instâncias da Governança Popular. Isso porque esses grupos sociais vivenciam historicamente situações de vulnerabilidade e desvantagem social, e a paridade é uma das formas de tornar essas relações de poder menos desiguais.

PLANO PARTICIPATIVO DE REPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PARAÓPEBA E REPRESA DE TRÊS MARIAS – também chamado de “Plano Participativo de Reparação e Desenvolvimento”, é um documento que trará informações que servirão como ponto de referência e de orientação para a gestão dos recursos do Anexo I.1. É uma ferramenta de autonomia das comunidades com todas as diretrizes construídas pelas pessoas atingidas com o objetivo de pensar o desenvolvimento dos territórios atingidos com base nos danos a serem reparados através de projetos comunitários e linhas de crédito e microcrédito.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS – As políticas afirmativas são um conjunto de ações, estratégias e medidas, tanto públicas quanto privadas, que busca garantir igualdade de oportunidades, justiça e acesso à direitos para sujeitos historicamente discriminados. Nesse sentido, as políticas afirmativas se estabelecem como políticas compensatórias das desigualdades estruturais que objetivamente se manifestam como discriminação racial, étnica, religiosa, de gênero, sexualidade, geracional e contra pessoas com deficiência.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS/GRUPOS CULTURALMENTE DIFERENCIADOS – grupos que possuem dinâmicas próprias de organização social, cultural e territorial, que se reconhecem como tais. Possuem direitos garantidos por legislação específica, esses grupos também sofrem os danos de forma agravada a partir de processos históricos de vulnerabilização. São eles os **Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)**, como as **comunidades quilombolas**, os **povos indígenas**, os **povos e comunidades de matriz africana (candomblés, umbandas e reinados)**, **ribeirinhos e pescadores artesanais**.

PRINCÍPIOS – orientam o comportamento, as atividades e as ações de pessoas ou grupo de pessoas. Quando dizemos que as pessoas atingidas definiram uma série de princípios para a construção participativa da Governança Popular do Anexo I.1, isso quer dizer que durante a elaboração coletiva dessas regras, deve-se buscar sempre obedecer a esses princípios.

QUÓRUM – para que aconteça uma reunião do Conselho Local é necessário um número mínimo de membras(os) para garantir que haja representatividade e participação suficiente, tornando as deliberações válidas.

REGIMENTO INTERNO – é um documento que reúne o conjunto de regras que regulamenta o funcionamento de uma organização. Desta forma, o regimento interno do Conselho Local orienta o seu bom funcionamento, de acordo com as regras construídas pelas pessoas atingidas.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – é um espaço realizado fora do cronograma ordinário do Conselho Local para tratar de pautas que não estavam previstas ou que são urgentes.

REUNIÃO ORDINÁRIA – é um espaço definido previamente pelo Conselho Local para discutir pautas, tomar decisões e planejar ações relacionadas às atividades do Anexo I.1.

SUPLENTE – são os representantes escolhidos como membros reservas do Conselho Local e que podem assumir a posição de titular, em caso de ausência ou impedimento, com os mesmos direitos e responsabilidades.

TITULAR – são os representantes escolhidos como membros efetivos do Conselho Local, com direito pleno de participação e voto, e todas as responsabilidades previstas no regimento.

UNIDADE TERRITORIAL TRADICIONAL – Expressão da espacialidade das comunidades tradicionais de matriz africana. Espaços constituídos pelos africanos e/ou sua descendência no Brasil, a partir da cosmovisão

e ancestralidade africanas, e da relação desta com as populações locais e com o meio ambiente, representando o contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços na comunidade.

VEDAÇÃO - são todas as situações ou ações que o Conselho e suas(seus) membras(os) estão impedidos de desempenhar.

